



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de São João Evangelista, situada na Rua Benedito Valadares, nº 40, Centro – CEP: 39.705-000 – São João Evangelista, Estado de Minas Gerais, inscrita com o CNPJ nº. 18.307.488/0001-60, por intermédio do Setor de Licitações, torna público que realizará procedimento de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo Menor Preço global, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital, com endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo Edital.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Administração

Recebimento de Propostas: Até às 08h59min de 12/05/2026

Data de Abertura das Propostas: 12/05/2026

Hora de Abertura das Propostas: 09h00 min – Horário De Brasília

Local da Sessão: Plataforma de Licitações Licitar Digital – www.licitardigital.com.br

Valor Estimado da Contratação: R\$ 4.815.601,67

Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Informações: Plataforma de Licitações Licitar Digital – www.licitardigital.com.br



EDITAL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N.º 041/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Benedito Valadares, nº 40, CEP 39.705-000, inscrito no C.N.P.J. sob o N.º 18.307.488/0001-60, por intermédio do AGENTE DE CONTRATAÇÃO, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando CONCORRÊNCIA do tipo MENOR PREÇO – EMPREITADA GLOBAL, de AMPLA PARTICIPAÇÃO, visando o descrito no objeto do presente edital, regido pelas Leis nº 14.133/2021, Lei complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 1.740/2023, 1.814/2024 e 1.815/2024, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1. INSTRUÇÕES INICIAIS

- 1.1. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO: A sessão de processamento da Concorrência será realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital www.licitardigital.com.br, iniciando-se no dia **12/05/2026, às 09h00min (Horário de Brasília)** e será conduzida pela Agente de Contratação Ines Xavier Vieira, com o auxílio da Equipe de Apoio, nomeados através de Portaria Administrativa n.º 5.146-A , de 13/02/2025.
- 1.2. Somente poderão participar da sessão Pública, as licitantes que apresentarem propostas Plataforma de Licitações Licitar Digital www.licitardigital.com.br. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 12/05/2026. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
- 1.3. ESCLARECIMENTOS: Diretamente e exclusivamente pela plataforma de licitações– www.licitardigital.com.br.
- 1.4. O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de São João Evangelista/MG, através do endereço eletrônico <https://www.sje.mg.gov.br/>, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de São João Evangelista/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.
- 1.5. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais com a errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de São João Evangelista, <https://www.sje.mg.gov.br/>
- 1.6. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG, conforme especificações constantes na planilha, cronograma, memorial descritivo e projeto, conforme documentos complementares na plataforma da Licitar Digital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Das condições gerais:

3.1.1. Poderão participar deste Processo Licitatório as Pessoas Jurídicas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive as que se referem à documentação.

3.1.2. A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

3.1.3. O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a inabilitação da proponente.

3.2. Da participação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

3.2.1. Será regida pela Lei Complementar N.º 123/2006.

3.2.2. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, abaixo transcrito:

Art. 3º, § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o Art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa



econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- IX. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- XI. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o Município de São João Evangelista do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. (Incluído pela Lei Complementar N.º 147, de 7 de agosto de 2014).

3.3. Das vedações:

- 3.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 3.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- 3.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4. Da participação de Consórcios:

- 3.4.1. Será permitida a participação de consórcios, na forma do Art. 15 da Lei Federal N.º 14.133/2021.
- 3.4.2. As empresas reunidas em consórcio deverão apresentar, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.
- 3.4.3. Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.



- 3.4.4. Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma determinada neste Edital, sob pena de inabilitação.
- 3.4.5. Para efeito de qualificação econômico-financeira, quando exigidas comprovações além da Certidão Negativa de Falência e/ou Concordata, poderá ser considerado o somatório dos valores e cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
- 3.4.6. As empresas integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.
- 3.4.7. É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio participante do Certame.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste edital, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise cabendo ao AGENTE DE CONTRATAÇÕES decidir sobre a petição no prazo de 03(três) dias úteis.
 - 4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.
- 4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. A CONCORRÊNCIA será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 5.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação na CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
- 5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- 5.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.
- 5.5. A participação na Concorrência se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente



por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.
- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Declaro que cumpro a cota de aprendiz a que está obrigada (artigo. 429 e seguintes da CLT), em cumprimento à cláusula 11ª do TAC nº02/2022, celebrado com o Ministério Público do Trabalho.

Obs: A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente o seu envio.
- 7.2. **Os licitantes deverão fazer o envio da documentação juntamente com a proposta, antes do horário de início da sessão.** O Agente de Contratação fará a conferência da documentação de habilitação disposta neste Edital somente do licitante vencedor do item ou lote.
- 7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação inseridos no sistema;
- 7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratações e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente de Contratações, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
- 7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.10. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratações, via sistema.
- 7.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



7.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.2. Valor unitário e total do lote e seus itens;

8.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

8.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

8.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

8.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.7. O prazo de validade da proposta é fixado em 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8.9. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

9. DA GARANTIA DA PROPOSTA

9.1. Será exigido do(s) licitante(s), na apresentação da proposta, a comprovação de recolhimento de garantia de sua respectiva proposta, de acordo com o art. 58 da lei 14.133/21, no montante de R\$ 48.156,01 (Quarenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e um centavo), correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da licitação, conforme valor total da planilha orçamentária.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O(s) licitante(s) deverá(ão) anexar na plataforma, de acordo com o item 6.2 deste edital, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a seguir informada:

10.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1.1. Registro comercial no caso de firma individual;

10.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus



administradores;

10.1.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

10.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

10.2.2. prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil– RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

10.2.3. prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

10.2.4. prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.2.5. prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

10.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

10.2.7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública municipal.

10.3. DOCUMENTAÇÃO QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

10.3.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

10.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.3.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.3.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.



Por “apresentados na forma da lei” entende-se:

- Empresas sujeitas a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar cópias do balanço patrimonial do último exercício social acompanhado da respectiva Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e do Recibo de entrega, todos emitidos pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, dispensada qualquer outra forma de autenticação.
- Empresas NÃO sujeitas a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar cópias reprográficas do Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE, devidamente acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento, todos extraídos do LIVRO DIÁRIO (não digital) devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial ou em Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas; OU
- Empresas que apresentarem o Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE, constantes dos LIVROS DIGITAIS enviados às Juntas Comerciais para registro, deverão vir acompanhados do TERMO DE AUTENTICAÇÃO, emitido pela respectiva Junta Comercial do Estado.
- Empresas regidas pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores deverão apresentar seu Balanço Patrimonial devidamente publicado em Diários Oficiais.

Por “já exigíveis” entende-se:

- Empresas SUJEITAS a Escrituração Contábil Digital – ECD - balanço e demonstrações contábeis enviadas ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, no prazo definido na Instrução Normativa nº 2003/21.
- Para empresas NÃO SUJEITAS a Escrituração Contábil Digital – ECD - balanço e demonstrações contábeis apresentadas conforme determina o art. 1.078 do Código Civil.

10.3.5. Documentos apresentados com erros ou falhas formais serão objetos de diligência e poderão não ser aceitos, hipótese em que a licitante será declarada INABILITADA a prosseguir na disputa do certame.

10.3.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça.

10.3.7. O licitante deverá atender aos seguintes índices, que poderão ser demonstrados em memorial de cálculos assinado pelo licitante e pelo contador (constando seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC), juntando-o ao Balanço Patrimonial:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:



LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO = MÍNIMO 1,5 PASSIVO CIRCULANTE + (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL: SG = ATIVO TOTAL MÍNIMO 1,5

PASSIVO CIRCULANTE + (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

LC = ATIVO CIRCULANTE = MÍNIMO 1,5

PASSIVO CIRCULANTE

10.3.8. Patrimônio Líquido: O licitante deverá comprovar por meio de Balanço Patrimonial que possui patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor informado no Item 18. deste termo.

10.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1. Prova de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no qual conste os seus responsáveis técnicos.

10.4.2. Atestado de Capacidade Técnico-Profissional comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, em nome de profissional(is) de nível superior ou outros devidamente reconhecidos pela entidade competente, que tenha(m) vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para a entrega da proposta e que constem na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável técnico do licitante. Tal(is) atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, ou CAO que comprove(m) a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, além de comprovações de serviços de instalações hidráulicas, instalações sanitárias, instalações elétricas, esquadrias e cobertura.

Consideram-se parcelas de maior relevância e valor significativo os itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	CRAVAÇÃO DE ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO, DIMENSÃO (20X20)CM, COMPRESSÃO ADMISSÍVEL DE 50T, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE ESTACA, EXCLUSIVE EMENDA	M	1.420,00
02	EMENDA DE ESTACA PRÉ-MOLDADA, INCLUSIVE ANEL/LUVA METÁLICO E SOLDA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA ESTACA	UNID	224



03	CORTE E PREPARO DE CABEÇA/ARRASAMENTO MECANIZADO DE ESTACA PARA BLOCO DE COROAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO.	M ³	47
04	FÔRMA E DESENFORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO, ESP. 12MM, REAPROVEITAMENTO (3X), EXCLUSIVE ESCORAMENTO	M ²	209,037
05.	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60, INCLUSIVE ESPAÇADOR.	KG	2994,100
06	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, COM FCK 30 MPA, CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO DE 400KG/M ³ , INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M ³	38,42
07	ESCORAMENTO METÁLICO PARA LAGE E VIGA EM CONCRETO ARMADO, TIPO A, ALTURA DE (200 ATÉ 310) CM, INCLUSIVE DESCARGA, MONTAGEM, DESMONTAGEM E CARGA.	M ² XMES	479,15

10.4.3. A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

10.4.4. No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;

10.4.5. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;

10.4.6. No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços ou ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da licitante;

10.4.7. ART/RRT, de cargo ou função, constando o profissional como responsável técnico da licitante;

10.4.8. Outros documentos hábeis à comprovação do vínculo profissional.

10.4.9. Os profissionais cujos vínculos foram comprovados por pelo menos um dos documentos acima elencados, serão considerados **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS** pela execução da obra/serviço, objeto desta Licitação.

10.4.10. A licitante deverá apresentar Declaração de que o(s) responsável(eis) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) será(ão) o(s) responsável(eis) pela execução da obra, objeto deste edital, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente,



conforme modelo constante no Edital.

- 10.4.11. Os profissionais indicados e comprovados pelo licitante, através dos atestados acima, deverão participar da execução do objeto desta licitação, podendo o Município admitir a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, caso demonstrada a superveniência do fato;
- 10.4.12. Os itens de relevância exigidos como capacidade técnica profissional não precisam constar simultaneamente em uma mesma obra. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, separadamente, comprovem a experiência requerida do profissional em cada um dos serviços;
- 10.4.13. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológica e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome do profissional, mas que conste a licitante como executora do serviço. O(s) atestado(s) deverão estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT (CAT/CAT-A) emitida(s) pelo CREA ou CAU, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade à comprovação da execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo e no mínimo 50% dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	CRAVAÇÃO DE ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO, DIMENSÃO (20X20)CM, COMPRESSÃO ADMISSÍVEL DE 50T, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE ESTACA, EXCLUSIVE EMENDA	M	1.420,00
02	EMENDA DE ESTACA PRÉ-MOLDADA, INCLUSIVE ANEL/LUVA METÁLICO E SOLDA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA ESTACA	UNID	224
03	CORTE E PREPARO DE CABEÇA/ARRASAMENTO MECANIZADO DE ESTACA PARA BLOCO DE COROAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO.	M ³	47
04	FÔRMA E DESENFORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO, ESP. 12MM, REAPROVEITAMENTO (3X), EXCLUSIVE ESCORAMENTO	M ²	209,037
05.	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60,	KG	2994,100



	INCLUSIVE ESPAÇADOR.		
06	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, COM FCK 30 MPA, CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO DE 400KG/M ³ , INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M ³	38,42
07	ESCORAMENTO METÁLICO PARA LAGE E VIGA EM CONCRETO ARMADO, TIPO A, ALTURA DE (200 ATÉ 310) CM, INCLUSIVE DESCARGA, MONTAGEM, DESMONTAGEM E CARGA.	M ² XMES	479,15

10.4.14. Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra;

10.4.15. Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante;

10.4.16. As Certidões de Acervo Técnico (CAT/CAT-A) provenientes de impressão via Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão Permanente de Licitação, se assim julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer do processo licitatório.

10.4.17. As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

10.4.18. Os atestados ou certidões que não atenderem a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

10.4.19. Justificam-se as exigências de qualificação técnica uma vez que serão imprescindíveis à perfeita execução do objeto contratado, não havendo nenhuma exigência restritiva ou não previsto em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

11. DA VISITA TÉCNICA:

11.1. É **facultada** às empresas realizarem visita ao Município de São João Evangelista-MG desde que seja apresentada declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Mas poderá ser feita a visita para que as licitantes possam conhecer seu ambiente físico, dimensionar os serviços, verificar suas condições técnicas, planejar a execução do objeto desta licitação e formular sua proposta



comercial. As empresas interessadas deverão realizar a visita técnica por um profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, no caso o CREA/CAU, onde deverão apresentar-se para credenciamento junto ao engenheiro desta prefeitura responsável pela obra, portando os seguintes documentos:

11.1.1. A visita técnica será agendada previamente em horários separados.

- Carteira do CREA/CAU do profissional que realizará a visita técnica;
- Contrato Social e a última alteração da empresa licitante;
- Procuração pública ou Carta de credenciamento assinada pelo representante legal da empresa outorgando poderes para representá-la perante o município;
- Certidão do CREA/CAU da empresa licitante. A visita técnica para conhecimento das condições locais das futuras obras, deverá realizar em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data de realização do processo licitatório, em dias úteis, podendo esta ser agendada através pelo e-mail: licitacao@sj.e.mg.gov.br

11.1.2. Para acompanhamento da visita, será designada(o) o(a) representante do corpo técnico da Administração Municipal.

12. DAS GARANTIAS

12.1. DA GARANTIA DA PROPOSTA

12.1.1. Será exigido do(s) licitante(s), na apresentação da proposta, a comprovação de recolhimento de garantia de sua respectiva proposta, de acordo com o art. 58 da lei 14.133/21, no montante de no montante de R\$ 48.156,01 (Quarenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e um centavo), correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da licitação, nos termos do artigo 96, parágrafo único, da Lei n.14.133/21, que deverá ser entregue juntamente com os demais documentos de habilitação de que trata o item 7.1.1 e seus subitens deste Edital.

12.1.2. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- e) Optando por caução em dinheiro, o original ou cópia autenticada, devidamente pago e autenticado, do comprovante de Documento de Arrecadação Municipal — DAM, em nome



da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO EVANGELISTA - MG, situada a Rua Benedito Valadares n.º40, Centro, São João Evangelista – MG.

12.1.3. Caso a modalidade de garantia recaia em títulos da dívida pública, o original devem ser apresentados junto à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São João Evangelista - MG, anexado aos documentos de habilitação para fins de comprovação.

12.1.4. Os títulos da dívida pública devem estar acompanhados, obrigatoriamente, de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL que atestará a sua validade, exequibilidade e avaliação de resgate atual, e das seguintes comprovações:

- a) Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registro no balanço patrimonial da licitante;
- b) Apresentar documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título (realizada até seis meses anteriores a data marcada para apresentação da dita garantia), conforme parâmetros definido pelo Ministério da Fazenda;

12.1.5. Serão aceitos apenas e tão somente títulos com vencimentos passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade de 30 (trinta) dias.

12.1.6. Presumem-se como autênticos os títulos oferecidos pela licitante, reservando-se a Prefeitura Municipal de São João Evangelista - MG o direito de averiguar a sua autenticidade. Em se constatando indícios de fraude, se obriga a oferecer denúncia ao Ministério Público.

12.1.7. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento, fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

- a) Beneficiário: Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO EVANGELISTA - MG.
- b) Objeto: Garantia da participação na CONCORRENCIA N° XX/2026
- c) Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.
- d) Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) MESES.

12.1.8. Caso a modalidade de garantia seja seguro-garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento dos envelopes.

12.1.9. A garantia de manutenção de proposta será liberada até 05 (cinco) dias úteis após esgotada as fases de habilitação (Documentos de Habilitação) ou de classificação (Propostas Comerciais), para as empresas inabilitadas ou desclassificadas, ou após a adjudicação, exceto para a vencedora da licitação, que será liberada no mesmo prazo, após a data de assinatura de Contrato.



12.2. GARANTIA CONTRATUAL

12.2.1. Para a execução do objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá ofertar garantia de 05% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo escolher uma das modalidades abaixo:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro garantia correspondente, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência do Município. A apólice deverá prever cobertura quanto às multas de caráter punitivo aplicáveis no âmbito da execução contratual;
- c) carta de fiança bancária.

12.2.2. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência do Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados;

12.2.3. A prorrogação da vigência do Contrato, nos termos da lei federal 14.133/2021, obriga a Contratada a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa do contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

- a) o valor corresponderá ao período aditado;
- b) a nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à Contratada prestá-la ao Município no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

12.2.4. Demais disposições encontram-se definidas na Minuta de Contrato, anexa a este edital.

12.3. GARANTIA ADICIONAL

12.3.1. Será OBRIGATÓRIA a prestação de garantia adicional, caso ocorra o previsto no § 5º, do art. 59 da Lei Federal nº. 14.133/21.

12.4. CONDIÇÕES DIVERSAS DAS GARANTIAS

12.4.1. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência contratual até a data do recebimento definitivo (TRD) da obra.

12.4.2. A prorrogação da vigência deste Contrato, nos termos da Lei nº. 14.133/21, obriga prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada ou prestar nova garantia, observando que:

- a) o valor corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados, observado o disposto no subitem 26.1 deste Contrato.
- b) a nova vigência observará os critérios estabelecidos nas cláusulas anteriores, cabendo à CONTRATADA prestá-la ao MUNICÍPIO no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

12.4.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições deste Contrato, inclusive pela



sanção pecuniária prevista neste instrumento, aplicada após regular e competente processo administrativo, desde que a CONTRATADA seja notificada acerca da instauração deste processo, dentro de seu prazo de vigência.

- 12.4.4. No caso de Carta de Fiança e Seguro Garantia, deverá constar expressamente na carta ou apólice que o garantidor responderá pelo inadimplemento contratual praticado dentro da vigência da garantia, ainda que a decisão final condenatória do processo administrativo ocorra após seu término.
- 12.4.5. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.
- 12.4.6. A CONTRATADA se obriga a manter o valor da garantia em compatibilidade com o percentual estabelecido, relativamente ao valor atualizado deste Contrato, devendo promover essa complementação de garantia e apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.
- 12.4.7. O garantidor deverá ser informado pela CONTRATADA, previamente à formalização de Termo Aditivo, para evitar a perda da validade da garantia vigente.
- 12.4.8. Se a opção da CONTRATADA recair sobre o seguro garantia, constituirá obrigação do garantidor, em caso de alterações previamente estabelecidas no Contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.
- 12.4.9. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação ou penalidade, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição ou prestar nova garantia, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da dedução.
- 12.4.10. Havendo garantia, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo deste Contrato, competirá à CONTRATADA formular ao MUNICÍPIO o pedido de liberação ou restituição junto à DIRFIN/COFINS.
- 12.4.11. O MUNICÍPIO, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:
- a) a CONTRATADA comunicar ao MUNICÍPIO previa e justificadamente essa intenção;
 - b) a fiscalização do MUNICÍPIO declarar inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;
 - c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 96 da Lei Federal nº. 14.133/21
 - d) a nova garantia prestada preencher os requisitos do ato convocatório e deste Contrato;
 - e) no caso de Fiança bancária e Seguro Garantia exista expressamente prevista a cobertura de eventual



inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituída tenha vigência igual à da substituída.

12.4.12. É vedada a inclusão de cláusula de proporcionalidade nos casos de seguro garantia e carta de fiança bancária.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS SE FORMULAÇÃO DE LANCES ATENÇÃO!

13.1. Ao final do certame, deverá o licitante vencedor atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, mantendo-se a proporção de desconto para cada item em relação a Planilha Original da Licitação, a fim de evitar jogo de planilhas sob pena de desclassificação. A Planilha Orçamentária, bem como o Cronograma Físico Financeiro atualizados deverão ser anexados após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico. **Será concedido um prazo de até 24 horas**, sob pena de desclassificação do licitante.

13.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

13.3. O Agente de Contratações verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

13.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor global proposto.

13.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos



lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **RS\$100,00 (cem reais)**.

- 13.13. Será adotado o modo de disputa ABERTO.
- 13.14. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.15. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.16. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 13.1 e 13.1.1, a sessão pública será encerrada automaticamente. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 13.1.1, o Agente de Contratação poderá, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 13.17. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.
- 13.18. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.
- 13.19. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratações no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 13.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratações persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://licitardigital.com.br/>.
- 13.21. Durante a fase de lances não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro, salvo na hipótese do último lance fechado.
- 13.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 13.23. No caso de desconexão com o Agente de Contratações, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 13.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratações persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratações aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



- 13.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 13.26. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 13.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 13.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021/93, a saber:

“Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”

- a) Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratações deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



c) Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Agente de Contratações solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se foro caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.29. O VALOR ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS É DE R\$ 4.815.601,67 – QUATRO MILHÕES, OTOCENTOS E QUINZE MIL, SEISCENTOS E UM REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVO, CONFORME DESCRITO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DESTE EDITAL.

13.30. O VALOR MÁXIMO ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO SERÁ O ESTIPULADO NO SUBITEM ANTERIOR 13.29, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

13.31. Após a negociação do preço, o Agente de Contratações iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratações examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

14.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, salvo comprovação de oscilação de mercado ocorrido após a elaboração dos orçamentos até a data de abertura das propostas.

14.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

14.5. O Agente de Contratações poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

14.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratações por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratações.



- 14.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratações, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se foro caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratações, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratações examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 14.9. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.
- 14.10. Havendo necessidade, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 14.11. O Agente de Contratações deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital - Também nas hipóteses em que o Agente de Contratações não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 14.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 15.1. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 15.2. O Agente de Contratações anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/menor vantagem imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Agente de Contratações acerca da aceitação do lance de menor valor/menor vantagem.
- 15.3. Se a proposta de menor valor/menor vantagem não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratações poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 15.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- 15.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação



em vigor.

15.6. SERÃO CONSIDERADAS INEXEQUÍVEIS PROPOSTAS QUE APRESENTEM DESCONTOS ACIMA DE 50% DO VALOR DA PLANILHA, SENDO NECESSÁRIA A DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DE SUA PROPOSTA.

15.7. Serão rejeitadas as propostas que:

15.7.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

15.7.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Agente de Contratações.

15.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

15.9. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

15.10. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

15.11. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

16.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL) ATENÇÃO!

16.1. Ao final do certame, deverá o licitante vencedor atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, mantendo-se a proporção de desconto para cada item em relação a Planilha Original da Licitação, a fim de evitar jogo de planilhas. A Planilha Orçamentária, bem como o Cronograma Físico Financeiro atualizados deverão ser anexadas após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico. Será concedido um prazo de até 24 horas, sob pena de desclassificação do licitante.

17. DO RECURSO

17.1. O Agente de Contratações declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.

17.2. A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando o Agente de Contratações autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.



- 17.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratações verificar a tempestividade da intenção de recurso, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 17.4. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.
- 17.5. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 17.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela mesma autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 19.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo em documento complementar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, podendo ser prorrogado mediante anuência e conveniência administrativa, sob pena de decair do direito à contratação.
- 19.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.
- 19.3. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.
- 19.4. Nos termos do art. 96 da Lei Federal 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato, o licitante deverá apresentar SEGURO GARANTIA no valor referente a 5% (cinco por cento) do valor vencedor da licitação. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 19.4.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante



registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

19.4.2. Seguro-garantia;

19.4.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. A garantia deverá apresentar validade mínima de 12(doze) meses.

19.5. Será OBRIGATÓRIA a prestação de garantia adicional, caso ocorra o previsto no § 5º, do art. 59 da Lei Federal nº. 14.133/21.

20. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

20.1. O contrato decorrente deste edital possuirá prazo de validade de 18(dezoito) meses conforme especificado na minuta contratual.

20.2. Se a empresa vencedora deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

20.3. O prazo de execução da obra será estabelecido no Cronograma Físico Financeiro.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus documentos complementares, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

21.1.1. E-MAIL preferencialmente INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail, preferencialmente institucional, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

21.1.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao CONTRATANTE.

21.1.3. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

21.2. O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações da licitação e da proposta.

21.3. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo CONTRATANTE, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

21.4. Garantir os materiais ou equipamentos contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.



- 21.5. Fornecer materiais ou equipamentos de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- 21.6. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA, conforme quantitativos dos serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 21.7. Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos ou serviços que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02(dois) dias, podendo o CONTRATANTE conceder prazo maior.
- 21.8. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto aplicado com defeito de fabricação.
- 21.9. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus documentos complementares, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- 21.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- 21.11. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais documentos complementares.
- 21.12. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 21.13. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- 21.14. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- 21.15. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

22. DO CONTRATO

- 22.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi



declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta presente em documento complementar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, prorrogáveis por mesmo prazo, sob pena de decair do direito à contratação.

22.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

22.3. O contrato celebrado será rescindido em caso de descumprimento contratual e aplicado as sanções cabíveis e pertinentes em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

23.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art.104 da Lei nº14.133/2021.

23.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/2021, as especificadas no Edital.

23.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;

23.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

23.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

23.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

23.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

24. DA FISCALIZAÇÃO

24.1. A entrega dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, por intermédio de sua Secretaria requisitante dos serviços, que nomeará servidor com formação em engenharia para acompanhar a entrega a execução dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

24.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

24.2.1. Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;

24.2.2. Receber os serviços, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta;

24.2.3. Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços que forem executados em desacordo com as especificações exigidas;

24.2.4. Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os produtos utilizados na obra ou serviço, para



realização de análise;

- 24.2.5. Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- 24.2.6. Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) serviço(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- 24.2.7. Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- 24.2.8. Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- 24.2.9. Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- 24.2.10. Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- 24.2.11. Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE;
- 24.2.12. No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

25. DO PAGAMENTO

- 25.1. O pagamento pela efetiva prestação dos serviços objeto deste instrumento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação das medições devidamente aprovadas pela fiscalização do contrato e no valor correspondente ao seu somatório.
- 25.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- 25.3. No caso da parcela relativa à primeira medição, a mesma somente será validada mediante a apresentação da Prova de Inscrição da Obra junto ao INSS. No caso da parcela relativa a última fase, a medição somente será validada mediante apresentação de documento comprobatório da Baixa da obra junto ao INSS.
- 25.4. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.
- 25.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA.
- 25.6. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para



cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

25.7. O Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

25.7.1. A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA.

25.7.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

25.7.3. A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA.

25.7.4. Débito da CONTRATADA para com o Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

25.7.5. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

25.8. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGM-M do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

25.9. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das dotações orçamentárias informadas no TERMO DE REFERÊNCIA.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

26.1.1. Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA, na entrega mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

26.1.2. Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

26.1.3. Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.



- 26.1.4. Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- 26.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 26.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no inciso “e”, quando ocorrido a seguinte situação:
- 26.1.7. Quando fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou mercadorias, prestação de serviços ou contrato dela decorrente:
- Entregando uma mercadoria por outra;
 - Alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - Sempre que anteriormente tenha sido aplicada a suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
 - Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao Município de SÃO JOÃO EVANGELISTA, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.
 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021;
 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

27. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

- 27.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:
- Retardarem a execução do objeto da licitação;
 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

28. DO REAJUSTAMENTO

- 28.1. Conforme as normas financeiras vigentes a partir de 1º de julho de 1994, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

29. DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

- 29.1. O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições propostas, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.



30. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

30.1. O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

30.1.1. Descumprir as condições do contrato;

30.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

30.1.3. O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

31. DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.

31.2. Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.

31.3. É facultado ao AGENTE DE CONTRATAÇÕES ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementara instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

31.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

31.5. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

31.6. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

31.7. Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.

31.8. A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no §1º do artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021.

31.9. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

31.10. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

31.11. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.



- 31.12. O AGENTE DE CONTRATAÇÕES, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 31.13. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.
- 31.14. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo AGENTE DE CONTRATAÇÕES de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
- 31.15. Complementam o Presente Edital, como documentos complementares, na plataforma Licitar Digital:
- Termo de Referência – ANEXO I;
- Modelo Declaração Visita Técnica – ANEXO II;
- Planilha Orçamentária – ANEXO III;
- Cronograma Físico Financeiro – ANEXO IV;
- Memorial Descritivo da obra – ANEXO V
- Minuta do Contrato – ANEXO VI;
- BDI – ANEXO VII
- Projeto Arquitetônico/outros – ANEXO VIII;
- Memorial cálculo - ANEXO IX;
- Estudo Técnico Preliminar -ANEXO X.
- Croqui – ANEXO XI
- Composição - XII
- 31.16. OBS: estarão anexados separadamente do edital os anexos supra citados, exceto os: I, II, VI e X.
- 31.17. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico www.licitardigital.com.br ou www.sje.mg.gov.br.
- 31.18. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 31.19. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 31.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares,



excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 31.21. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentado sem qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.
- 31.22. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES ECONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 31.23. O CONTRATANTE reserva a si o direito de revogar presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 31.24. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 31.25. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.
- 31.26. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 08:00 horas as 17:00 horas ou pelo telefone (33) 9 9872-7919, email: licitacao@sje.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br>.

São João Evangelista-MG, 22 de abril de 2026

Hercules José Procópio

Prefeito Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG, de acordo com especificações constantes nos anexos do certame.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada de engenharia para a construção do Centro Administrativo Municipal, a ser edificado na Rua Coronel Antônio Borges do Amaral, nº 566, Centro, no Município de São João Evangelista/MG.
- 2.2. A necessidade da contratação decorre da atual estrutura administrativa do Município, que se encontra descentralizada, com diversas secretarias e setores públicos instalados em imóveis distintos, muitos dos quais inadequados às atividades desempenhadas. Tal cenário acarreta dificuldades operacionais, elevação de custos com locações e manutenção predial, além de comprometer a eficiência na prestação dos serviços públicos e o atendimento à população.
- 2.3. A inexistência de uma sede administrativa própria e integrada limita a atuação coordenada entre os órgãos municipais, impactando negativamente a gestão pública. Ademais, parte dos imóveis atualmente utilizados não atende plenamente às normas de acessibilidade, segurança e conforto, exigidas pela legislação vigente.
- 2.4. Diante desse contexto, a construção de um Centro Administrativo Municipal apresenta-se como solução estratégica e estruturante, permitindo a centralização das atividades administrativas em um único espaço físico, adequado e planejado para tal finalidade. A medida proporcionará significativa melhoria na eficiência da gestão pública, otimização de recursos, redução de despesas continuadas com locação, além de garantir melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento mais ágil e qualificado aos cidadãos.
- 2.5. Sob o aspecto econômico, embora a construção demande investimento inicial mais elevado, a solução mostra-se mais vantajosa no médio e longo prazo, tendo em vista a eliminação de gastos recorrentes com aluguéis e a valorização do patrimônio público municipal.
- 2.6. Do ponto de vista técnico, a execução da obra requer a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, com comprovada capacidade técnica e operacional, capaz de garantir a adequada execução dos serviços, observando os projetos, normas técnicas e padrões de qualidade exigidos.



2.7. Por fim, a contratação encontra-se alinhada com os instrumentos de planejamento do Município, especialmente no que se refere à melhoria da infraestrutura administrativa e à modernização da gestão pública, atendendo plenamente ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.8. Dessa forma, resta devidamente justificada a necessidade da contratação pretendida.

3. MEMORIAL DESCRITIVO

Conforme anexo, PROJETO BÁSICO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

DOS PRAZOS

A contratação deverá ser por período de 18 (dezoito) meses, contados da assinatura do contrato, de acordo com a Lei de Licitações 14.133/21.

Eventual contrato seguirá o disposto da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado, se for interesse da Administração.

O prazo para início da prestação dos serviços e fornecimento dos produtos será de 15 (quinze) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço.

Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme Lei nº 14.133/21, suas alterações e disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

Face ao disposto na Lei nº 14.133/21, as quantidades, custos e quantitativos, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado.

Em caráter excepcional e na eventualidade de haver a determinação de algum prazo não previsto no Edital e/ou Termo de Referência, em decorrência de alguma eventualidade que possa surgir durante a execução do serviço e/ou contrato, este será determinado pelo Contratante.

Em caso de paralisação do serviço por motivo imprevisível ou, ainda que previsível, inevitável, todos os prazos previstos no Termo de Referência, no edital e seus respectivos anexos, serão suspensos por autorização expressa do Contratante, mediante justificativa, e somente voltarão a correr após autorização do mesmo. Nesta hipótese, os prazos serão retomados de onde pararam.

A suspensão de prazos que trata este item não se aplica à realização dos pagamentos devidos à Contratada pelos serviços realizados até o momento da eventual paralisação, salvo se o motivo da paralisação ocorrer por imperícia, imprudência e/ou negligência da empresa contratada, ou nos casos previstos em lei.

4. LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

Os materiais e serviços objeto desta contratação deverão ser entregues e realizados no canteiro de obras na Rua Antonio Borges do Amaral, Bairro Centro – São João Evangelista, do Município de São João Evangelista/MG, conforme projeto.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA OU FORNECIMENTO

A execução dos serviços ocorrerá em conformidade com as ordens de serviço emitidas pela Secretaria



Municipal de Administração obedecendo aos prazos máximos contidos no Termo de Referência.

Juntamente às medições dos serviços deveremos ser apresentados relatórios fotográficos dos serviços com imagens da execução dos serviços.

A Contratada deverá fornecer e manter em perfeitas condições de uso todos os materiais e equipamentos necessários à implantação da obra.

Para o início da execução das obras faz-se obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, junto ao CREA/CAU, conforme institui a Lei nº 6.496 de 1977, cumprindo todas as determinações legais pertinentes, em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviços.

O objeto deve ser entregue impreterivelmente no prazo estabelecido na ordem de serviço.

O transporte e/ou frete correrão por conta da Contratada.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Prova de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no qual conste os seus responsáveis técnicos.

6.1.1. Atestado de Capacidade Técnico-Profissional comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, em nome de profissional(is) de nível superior ou outros devidamente reconhecidos pela entidade competente, que tenha(m) vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para a entrega da proposta e que constem na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável técnico do licitante. Tal(is) atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, ou CAO que comprove(m) a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, além de comprovações de serviços de instalações hidráulicas, instalações sanitárias, instalações elétricas, esquadrias e cobertura.

Consideram-se parcelas de maior relevância e valor significativo os itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	CRAVAÇÃO DE ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO, DIMENSÃO (20X20)CM, COMPRESSÃO ADMISSÍVEL DE 50T, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE ESTACA, EXCLUSIVE EMENDA	M	1.420,00
02	EMENDA DE ESTACA PRÉ-MOLDADA, INCLUSIVE ANEL/LUVA METÁLICO E SOLDA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA ESTACA	UNID	224



03	CORTE E PREPARO DE CABEÇA/ARRASAMENTO MECANIZADO DE ESTACA PARA BLOCO DE COROAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO.	M ³	47
04	FÔRMA E DESENFORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO, ESP. 12MM, REAPROVEITAMENTO (3X), EXCLUSIVE ESCORAMENTO	M ²	209,037
05.	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60, INCLUSIVE ESPAÇADOR.	KG	2994,100
06	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, COM FCK 30 MPA, CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO DE 400KG/M ³ , INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M ³	38,42
07	ESCORAMENTO METÁLICO PARA LAGE E VIGA EM CONCRETO ARMADO, TIPO A, ALTURA DE (200 ATÉ 310) CM, INCLUSIVE DESCARGA, MONTAGEM, DESMONTAGEM E CARGA.	M ² XMES	479,15

- 6.1.2.** A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- 6.1.3.** No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;
- 6.1.4.** No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;
- 6.1.5.** No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços ou ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da licitante;
- 6.1.6.** ART/RRT, de cargo ou função, constando o profissional como responsável técnico da licitante;
- 6.1.7.** Outros documentos hábeis à comprovação do vínculo profissional.
- 6.1.8.** Os profissionais cujos vínculos foram comprovados por pelo menos um dos documentos acima elencados, serão considerados **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS** pela execução da obra/serviço, objeto desta Licitação.
- 6.1.9.** A licitante deverá apresentar Declaração de que o(s) responsável(eis) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) será(ão) o(s) responsável(eis) pela execução da obra, objeto



deste edital, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente, conforme modelo constante no Edital.

- 6.1.10.** Os profissionais indicados e comprovados pelo licitante, através dos atestados acima, deverão participar da execução do objeto desta licitação, podendo o Município admitir a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, caso demonstrada a superveniência do fato;
- 6.1.11.** Os itens de relevância exigidos como capacidade técnica profissional não precisam constar simultaneamente em uma mesma obra. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, separadamente, comprovem a experiência requerida do profissional em cada um dos serviços;
- 6.1.12.** Atestado de Capacidade Técnico-Operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológica e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome do profissional, mas que conste a licitante como executora do serviço. O(s) atestado(s) deverão estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT (CAT/CAT-A) emitida(s) pelo CREA ou CAU, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade à comprovação da execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo e no mínimo 50% dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	CRAVAÇÃO DE ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO, DIMENSÃO (20X20)CM, COMPRESSÃO ADMISSÍVEL DE 50T, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE ESTACA, EXCLUSIVE EMENDA	M	1.420,00
02	EMENDA DE ESTACA PRÉ-MOLDADA, INCLUSIVE ANEL/LUVA METÁLICO E SOLDA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA ESTACA	UNID	224
03	CORTE E PREPARO DE CABEÇA/ARRASAMENTO MECANIZADO DE ESTACA PARA BLOCO DE COROAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO.	M ³	47
04	FÔRMA E DESENFORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO, ESP. 12MM, REAPROVEITAMENTO (3X),	M ²	209,037



	EXCLUSIVE ESCORAMENTO		
05.	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60, INCLUSIVE ESPAÇADOR.	KG	2994,100
06	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, COM FCK 30 MPA, CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO DE 400KG/M ³ , INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M ³	38,42
07	ESCORAMENTO METÁLICO PARA LAGE E VIGA EM CONCRETO ARMADO, TIPO A, ALTURA DE (200 ATÉ 310) CM, INCLUSIVE DESCARGA, MONTAGEM, DESMONTAGEM E CARGA.	M ² XMES	479,15

6.1.13. Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra;

6.1.14. Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante;

6.1.15. As Certidões de Acervo Técnico (CAT/CAT-A) provenientes de impressão via Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão Permanente de Licitação, se assim julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer do processo licitatório.

6.1.16. As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

6.1.17. Os atestados ou certidões que não atenderem a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

6.1.18. Justificam-se as exigências de qualificação técnica uma vez que serão imprescindíveis à perfeita execução do objeto contratado, não havendo nenhuma exigência restritiva ou não previsto em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

7. DA VISITA TÉCNICA:



7.1.É facultada às empresas realizarem visita ao Município de São João Evangelista-MG desde que seja apresentada declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Mas poderá ser feita a visita para que as licitantes possam conhecer seu ambiente físico, dimensionar os serviços, verificar suas condições técnicas, planejar a execução do objeto desta licitação e formular sua proposta comercial. As empresas interessadas deverão realizar a visita técnica por um profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, no caso o CREA/CAU, onde deverão apresentar-se para credenciamento junto ao engenheiro desta prefeitura responsável pela obra, portando os seguintes documentos:

7.1.1. A visita técnica será agendada previamente em horários separados.

- Carteira do CREA/CAU do profissional que realizará a visita técnica;
- Contrato Social e a última alteração da empresa licitante;
- Procuração pública ou Carta de credenciamento assinada pelo representante legal da empresa outorgando poderes para representá-la perante o município;
- Certidão do CREA/CAU da empresa licitante. A visita técnica para conhecimento das condições locais das futuras obras, deverá realizar em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data de realização do processo licitatório, em dias úteis, podendo esta ser agendada através pelo e-mail: licitacao@sje.mg.gov.br

7.1.2. Para acompanhamento da visita, será designada(o) o(a) representante do corpo técnico da Administração Municipal.

6.21. Justificam-se as exigências de qualificação técnica uma vez que serão imprescindíveis à perfeita execução do objeto contratado, não havendo nenhuma exigência restritiva ou não previsto em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas, correspondentes à execução da presente contratação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 040401.0412200023.001 – 44905100000 – Ficha 52.

8. PAGAMENTO

8.1. O Município efetuará o pagamento em até 30 dias da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até a regularização das certidões.

8.2. As medições deverão ser realizadas e entregues de acordo com o modelo do BDMG disponibilizado entre os arquivos.

8.3. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.



9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 O critério de julgamento será o menor preço global. Justifica-se uma vez que se pretende buscar uma padronização dos serviços prestados e materiais fornecidos e, ainda, pela necessidade de contratação de tal mão de obra especializada com frequência.

10. FISCALIZAÇÕES DO CONTRATO

10.1. De acordo a Lei 14.133/21 o servido responsável pelo contrato será A secretária Municipal de Administração.

10.2. O Município não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados.

10.3. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.1.1. Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas.

11.1.2. Acompanhar e fiscalizar, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.

11.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades constantes nos objetos adquiridos.

11.1.4. Verificar se os objetos adquiridos da empresa contratada estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer fornecimento dos objetos que estejam em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

11.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.2.1. Fornece os objetos, em total conformidade com este Termo de Referência;

11.2.2. Obriga-se a contratada a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2.3. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste termo de referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

11.2.4. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados;

11.2.5. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;



12. DAS SANÇÕES

12.1. São aplicáveis as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

12.2. Se a CONTRATADA não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior devidamente justificada, e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicada, segundo a gravidade da falta, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, as seguintes penalidades:

12.3.1. advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha a CONTRATADA concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de São João Evangelista/MG.

12.3.2. multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na prestação dos serviços, calculada sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o 10º (décimo) dia, após o que, aplicar-se-á, multa prevista na alínea “III” desta cláusula.

12.3.4. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

12.3.5. declaração de inidoneidade, quando a contratada deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município de São João Evangelista/MG.

As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

São João Evangelista, 01 de abril de 2026.

Roberta Allana Bento Procópio

Secretária Municipal de Administração



ANEXO II – MODELO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (OPCIONAL)

Declaro, para atender às exigências do Processo Administrativo de Licitação nº XX/2026, modalidade Concorrência nº XX/2026, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG, conforme especificação de obra, projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, relatório fotográfico, memorial descritivo e outros, que o(a) Sr.(a) , Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a), inscrito(a) no Conselho Regional de Engenharia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CREA- ou CAU - sob o n.º , Responsável Técnico da proponente licitante , compareceu ao local da obra em / / , tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto do certame licitatório em epígrafe.

São João Evangelista/MG, de de 2026.

Nome do engenheiro/setretário

cargo



ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Site oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.



ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Site oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.



ANEXO V – MEMORIAL DE DESCRITIVO DA OBRA

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Sítio oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.



ANEXO VI-MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° @numeroContrato / 6

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Benedito Valadares, 40, Centro, CEP 39.705-000, inscrito no CNPJ sob o N° 18.307.488/0001-60, representado legalmente por seu Prefeito Municipal, Sr. Hercules José Procópio, brasileiro, residente e domiciliado em São João Evangelista -MG, RG - UF- xxxxxxxxxx xxx/UF, inscrito no CPF sob o n° xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada CONTRATANTE, observadas ainda, as disposições do Edital de Licitação, regido pela Lei Federal n° 14.133/21, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas na Concorrência em epígrafe, resolve contratar a empresa @razaoSocialFornecedor, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° @cpfCNPJFornecedor, com sua sede estabelecida a@enderecoLogradouroFornecedor, @enderecoNumeroFornecedor, neste ato representada pelo Sr(A). @nomeRepresentanteFornecedor, portador(A) do CPF @cpfRepresentanteFornecedor, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias, minuta de contrato, cronograma físico financeiro e projetos, constantes do edital Concorrência n° xx/2025, que são partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição, sob o regime de empreitada por preço global com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL

A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Processo Administrativo de Licitação n° xx/2026, modalidade Concorrência n° xx/2026, a qual o presente contrato encontra-se estritamente vinculado, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução deste Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as formas do artigo 89 da Lei Federal n° 14.133/2021 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DA CONTRATADA:

São obrigações da Contratada as previstas no Edital e ainda:

manter durante todo o período de execução do Contrato situação regular da empresa e dos profissionais



envolvidos na obra perante o CREA/CAU;

promover a anotação, registro, aprovação, licenças, matrícula da obra no INSS e outras exigências dos órgãos competentes com relação ao Projeto Executivo e a obra, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

executar a obra sob a responsabilidade técnica do(s) profissional(is) apresentado(s) nos termos do Edital;

ter representante no local da obra, com formação profissional devidamente comprovada, anotado no CREA/CAU como um dos responsáveis técnicos pela execução da obra, que assuma perante a fiscalização do Contrato a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária; assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios;

efetuar às suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do Contrato;

responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados ou prepostos, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da Prefeitura Municipal de São João Evangelista ou de propriedade de terceiros, durante a execução dos serviços;

responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;

acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;

observar, quanto ao pessoal, as disposições da lei de nacionalização do trabalho;

responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos;

proceder a minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela Contratante para a perfeita execução da obra;

fornecer, para emprego na execução das obras, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar, rigorosamente, as especificações técnicas e a regulamentação aplicáveis a cada caso;

acatar as decisões e observações feitas pelo Fiscal do Contrato, que serão formuladas por escrito em 02 (duas) vias e entregues mediante recibo ou registrada no “Diário de Ocorrências”;

retirar do local da obra qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, nos termos da notificação desta;

retirar, nos termos da notificação da fiscalização, todo o material rejeitado, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, o tudo que for impugnado, quer em razão de material ou da mão-de-obra;

comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato a conclusão da obra e indicar preposto para acompanhar as vistorias para recebimento provisório e definitivo da obra;

apresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, relativa à matrícula CEI da obra, antes do



recebimento definitivo;

aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões no quantitativo dos materiais e serviços que se fizerem necessários em razão de alterações do projeto Básico, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato;

manter, durante a execução do Contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório;

qualquer proposta de substituição de profissionais indicados durante a licitação para assumir a responsabilidade técnica pela execução da obra somente será admitida por profissionais com experiência equivalente, devidamente comprovada, e dependerá de prévia aprovação do Fiscal do Contrato;

x) fornecer todos os materiais, mão de obra, transportes, hospedagens, alimentações, encargos sociais, impostos e taxas de qualquer natureza acaso devidos, enfim, todas as despesas que envolverem o objeto do presente contrato.

z) Responsabilizar-se solidariamente pelo período de 05 (cinco) anos após a conclusão da obra, reparando qualquer dano causado por sua culpa presumida ou por vícios ocultos que ponham em risco a solidez e segurança da obra.

II - DA CONTRATANTE

proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Contrato;

prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;

notificar a Contratada da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte do fiscal do Contrato;

aplicar as sanções administrativas contratuais.

Efetuar o pagamento na forma prevista no edital e no presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pela execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ @valorTotal @valorTotalExtenso, de acordo com o Cronograma Físico - Financeiro apresentado e planilha de custo unitário constante da proposta de preço da contratada.

Subcláusula Primeira - No preço estipulado nesta cláusula já se encontram computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste Contrato.

Subcláusula Segunda - A despesa relativa ao presente Contrato correrá por conta de dotação orçamentária devidamente informada no ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA @numeroDotacaoOrcamentaria.

Subcláusula Terceira - Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), mantido pelo IBGE -



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado em 12 (doze) meses

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A aceitabilidade da obra está condicionada à correta execução do projeto de arquitetura, ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados caracterizando a qualidade do serviço executado e aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do Município.

As medições serão feitas mensalmente ou de acordo com o cronograma financeiro, sempre que as etapas forem concluídas e constarão de folhas-resumo, contendo a relação de serviços, conforme Cronograma.

O Município pagará apenas pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.

Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam a sinalização provisória, todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas no Edital e mais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

Obedecido ao cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar as notas fiscais correspondentes à medição.

O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da regularidade fiscal, nos termos do Edital. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade.

Caberá à empresa contratada informar à fiscalização sobre o andamento dos serviços bem como término dos mesmos para efeito de supervisão e consequente elaboração da medição.

Todo serviço executado bem como medido, deverá ser evidenciado com fotos.

A empresa Contratada, para efeito de recebimento dos serviços deverá apresentar protocolizar a(s) Nota(s) Fiscal(s) decorrente dos boletins de medição junto ao protocolo geral da Prefeitura, juntando todos os documentos constantes do checklist anexo ao contrato.

O pagamento será efetuado nos prazos e condições previstas conforme TERMO DE REFERÊNCIA, na melhor forma identificada pelo setor financeiro desta municipalidade, após a apresentação dos seguintes documentos:

Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativo, em via única, devidamente atestado pela Secretaria requisitante, assim como pelo fiscal do contrato;

Certidão Negativa de Débito relativo a tributos federais;

Certificado de Regularidade do FGTS;

No caso de serviços, obras e/ou locações, Boletim de Medição atestado pela Secretaria requisitante juntamente com o fiscal do contrato.

Relatório de Fiscalização.



- Relatório Fotográfico, e demais itens caso solicitado em edital.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO

O prazo para execução da obra será de firmado conforme cronograma físico financeiro 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, a ser entregue pela Secretaria Municipal de Administração de São João Evangelista, excluindo-se os dias em que, por motivo de força maior, consignado no Livro de Ocorrências, devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, houver interrupção dos trabalhos.

Subcláusula Primeira - Considera-se infração contratual o retardamento da execução dos serviços contratado ou a sua paralisação injustificada, a critério da Secretaria Municipal de Administração de São João Evangelista.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência pelo período de 18(dezoito) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A ação fiscalizadora será exercida de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições, qualificações e especificações previstas neste Contrato e em seus anexos.

Subcláusula Primeira - Qualquer erro ou imperícia na execução, constatado pela CONTRATANTE obrigará à CONTRATADA, a sua conta e risco, a corrigir ou reconstruir a parte impugnada do serviço, sem prejuízo de ação regressiva contra quem lhe tiver dado causa.

Subcláusula Segunda - A CONTRATANTE poderá rejeitar métodos e serviços ou exigir a retirada do local do serviço, de operário, funcionário, Engenheiro ou arquiteto ou urbanista, mestre de obra, etc., que não esteja exercendo suas tarefas ou não se comportando a contento, cabendo a CONTRATADA substituí-lo dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação que lhe for feita, ou refazer os serviços impugnados, correndo por sua conta todas as despesas.

Subcláusula Terceira- No presente instrumento contratual, onde lê-se “fiscal do Contrato” entenda-se como um Engenheiro ou arquiteto ou urbanista designado pela CONTRATANTE para proceder à fiscalização da execução deste Contrato.

Subcláusula Quarta - No caso de alguns dos serviços não estarem em conformidade como Contrato, o Fiscal do Contrato impugnará as respectivas etapas, discriminando através de Termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do Termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, possível das sanções cabíveis.

Subcláusula Quinta - À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo posteriormente as etapas impugnadas à nova verificação do Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Concluída a obra, a Contratada notificará a Contratante por meio de carta entregue ao Fiscal do Contrato



mediante recibo.

Subcláusula Primeira – Recebida a notificação de conclusão da obra, ou expirado o prazo de execução contratual, o Fiscal do Contrato efetuará vistoria da obra para verificação da sua regularidade.

Subcláusula Segunda - Verificado o adequado cumprimento de todas as condições contratuais, o Fiscal do Contrato efetuará o Recebimento Provisório da obra, lavrando em 03 (três) vias de igual teor o Termo de Recebimento Provisório, que será encaminhado à autoridade contratante.

Subcláusula Terceira - Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.

Subcláusula Quarta - Não concluída a obra dentro do prazo contratual, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas neste Contrato.

Subcláusula quinta - Aceita a obra pela Contratante, a responsabilidade da Contratada subsiste na forma da lei.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou pela execução parcial do objeto do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, aplicar as seguintes sanções e multas:

Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contra recibo, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração.

A CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do objeto contratual não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração e será descredenciada dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de impedimento legalmente previsto na Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e demais cominações legais.

Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;

Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor do contrato, até o décimo dia de atraso.

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao

Multa de 20% sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE pela não execução total do Contrato.

Decorridos 60 (sessenta) dias corridos sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão.

A aplicação de multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicável cumulativamente.



Suspensão temporária, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante este Município, o qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a CONTRATANTE vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Notificado do processo para apuração de penalidade, a CONTRATADA poderá manifestar-se em até 05 (cinco) dias úteis. No caso de declaração de inidoneidade o prazo para manifestação será de 10 dias corridos. As sanções administrativas passíveis de aplicação à CONTRATADA não se confundem com o item Glosas e poderão ser aplicadas de forma concomitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Artigo 124, da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, obrigando se a contratada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, observado o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos Artigos 137 a 139 da Lei nº. 14.133/2021.

Subcláusula Primeira - O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas na CLÁUSULA SEGUNDA, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação da execução dos serviços.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 137 da Lei nº. 14.133/2021.

Subcláusula Terceira - Ocorrendo a rescisão unilateral com base no artigo 138 da Lei nº.14.133/2021, sem que haja culpa da CONTRATADA, serão, a está assegurados os direitos previstos no § 2º do artigo 138 da mesma Lei.

Subcláusula Quarta - A falta de cumprimento de qualquer Cláusula ou simples condição do Contrato poderá acarretar a sua rescisão mediante prévio aviso. Contudo a CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato automaticamente e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:



Concordata ou falência ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

Atraso decorrente da defasagem da execução dos serviços em relação ao cronograma em vigor, verificada em qualquer etapa de programação superior a 15 (quinze) dias;

Dissolução da sociedade;

Inadimplência da CONTRATADA em manter todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Quinta - Constituem motivo para a rescisão do Contrato:

o não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra nos prazos estipulados;

o atraso injustificado do início da obra, sem justa causa e prévia comunicação à Administração; a paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

a subcontratação do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, de posição contratual, bem como fusão, cisão ou incorporação da Contratada, e desde que prejudique a execução do Contrato ou implique descumprimento ou violação, ainda que indireta das normas legais que disciplinam as licitações;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro, do artigo 117, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil; a dissolução da sociedade;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a qual está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o presente Contrato;

a supressão, por parte da Administração, da obra acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do artigo 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do Contrato;

Subcláusula Sexta - Poderá, ainda, este Contrato ser rescindido, na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula Sétima - Em quaisquer dos casos previstos nesta cláusula é assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO



A CONTRATANTE encaminhará para publicação, o extrato deste Contrato em Diário Oficial, até o quinto dia útil ao mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente Contrato aplicam-se as seguintes disposições gerais:

A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, seja de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da CONTRATANTE relativamente a estes encargos, inclusive os que eventualmente advierem de prejuízos causados a terceiros;

A CONTRATANTE se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados e da aquisição, por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local dos serviços, e a ela destinados, havendo interesse mútuo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São João Evangelista/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam este Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

São João Evangelista/MG, de de 2026.

_____ Prefeito Municipal - Contratante

@nomeRepresentanteFornecedor @razaoSocialFornecedor Contratada



ANEXO VII – BDI

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Sítio oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.



ANEXO VIII – PROJETOS

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Sítio oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.



ANEXO IX – MEMÓRIA DE CÁLCULO

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Site oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.



ANEXO X – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

(Elaborado nos termos da Lei nº 14.133/2021)

OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia para construção de Centro Administrativo Municipal, a ser edificado na Rua Coronel Antônio Borges do Amaral, nº 566, Centro, São João Evangelista/MG.

1. SECRETARIAS DEMANDANTES

A presente demanda é de interesse direto da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, responsável pela gestão administrativa do Município, bem como da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que possui atribuição técnica para acompanhamento e fiscalização de obras públicas. Ademais, o Gabinete do Prefeito figura como demandante estratégico, considerando o impacto institucional da implantação de uma sede administrativa centralizada.

A atuação conjunta dessas unidades administrativas evidencia o caráter transversal da contratação, que visa atender não apenas demandas operacionais, mas também objetivos de governança, eficiência e melhoria da prestação de serviços públicos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, a estrutura administrativa do Município encontra-se descentralizada, com repartições públicas instaladas em diferentes imóveis, muitos dos quais não foram projetados para uso institucional. Tal situação acarreta dificuldades logísticas, aumento de custos com locação e manutenção, além de comprometer a eficiência no atendimento ao cidadão.

A inexistência de um espaço próprio, adequado e integrado limita a atuação coordenada das secretarias e dificulta a implementação de políticas públicas de forma mais eficiente. Nesse contexto, a construção de um Centro Administrativo Municipal surge como solução estruturante, capaz de promover a centralização das atividades administrativas, melhorar as condições de trabalho dos servidores e oferecer maior comodidade e acessibilidade à população.

3. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A contratação pretendida está alinhada com o Plano Anual de Contratações (PAC) do Município, o qual contempla iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura pública e à modernização da gestão administrativa.

A proposta de construção do Centro Administrativo encontra respaldo nas diretrizes estratégicas da Administração Municipal, especialmente no que se refere à racionalização de despesas continuadas, como aluguéis, e à valorização do patrimônio público.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto demanda a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, devidamente registrada nos conselhos profissionais competentes (CREA ou CAU), com capacidade técnica comprovada por meio de atestados e certidões de acervo técnico compatíveis com o porte e a complexidade da obra.

Além disso, a contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, incluindo responsável técnico habilitado, e cumprir integralmente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as da ABNT, bem como as normas de segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

A execução deverá observar rigorosamente os projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas, assegurando qualidade, durabilidade e segurança da edificação.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de quantidades foi realizada com base em estudos preliminares de engenharia, considerando a área prevista para a edificação e as características construtivas necessárias ao funcionamento de um centro administrativo.

De forma geral, a obra compreenderá serviços de fundação, estrutura em concreto armado, vedação, cobertura, instalações prediais e acabamentos. Os quantitativos detalhados serão apresentados em planilha orçamentária vinculada ao projeto executivo, sendo dimensionados de forma a atender plenamente às necessidades funcionais do Município.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

6.1 Identificação das soluções de mercado

Foram identificadas, no mercado, três principais alternativas para atendimento da necessidade administrativa do Município:

- (i) Construção de nova edificação própria;
- (ii) Reforma e adaptação de imóveis já existentes;
- (iii) Locação de imóvel para centralização das atividades.

Cada uma dessas soluções apresenta características distintas em termos de custo, prazo, flexibilidade e adequação às necessidades institucionais.

7. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES VIÁVEIS

A construção de uma nova sede administrativa apresenta como principal vantagem a possibilidade de elaboração de projeto sob medida, contemplando todas as necessidades operacionais, de acessibilidade e de eficiência energética. Apesar de demandar maior investimento inicial, proporciona melhor desempenho no



longo prazo.

A reforma de imóveis existentes, embora represente uma alternativa com menor custo inicial, apresenta limitações estruturais e funcionais, podendo não atender integralmente às exigências técnicas e operacionais, além de implicar em adaptações que nem sempre são economicamente viáveis.

A locação de imóvel, por sua vez, configura solução de rápida implementação, porém implica em despesas continuadas e ausência de formação de patrimônio público, além de limitar a autonomia da Administração.

8. SOLUÇÕES INVIÁVEIS

A manutenção do modelo atual, com repartições dispersas, mostra-se inviável sob o ponto de vista administrativo e econômico, tendo em vista os custos operacionais elevados e a baixa eficiência na prestação dos serviços.

Da mesma forma, a tentativa de adaptação de múltiplos imóveis para funcionamento integrado revela-se tecnicamente inadequada e financeiramente desvantajosa, em razão das intervenções necessárias e das limitações físicas existentes.

9. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS DAS SOLUÇÕES VIÁVEIS

A análise de custos demonstra que, embora a construção de uma nova sede demande maior aporte financeiro inicial, apresenta melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, especialmente pela eliminação de despesas com locação e pela redução de custos de manutenção.

Já as soluções baseadas em reforma ou locação tendem a gerar despesas recorrentes, que, ao longo dos anos, superam o investimento necessário para construção de um imóvel próprio.

10. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em referenciais oficiais de custos, como tabelas do SINAPI e composições de preços de obras públicas, além da análise de contratações similares.

O valor estimado será devidamente detalhado na planilha orçamentária, a qual acompanhará o processo licitatório, garantindo transparência e aderência aos preços de mercado.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na execução completa de obra de engenharia destinada à construção do Centro Administrativo Municipal, compreendendo todas as etapas necessárias, desde os serviços preliminares até a entrega final da edificação em condições de pleno funcionamento.

A obra incluirá fundações, estrutura, vedação, cobertura, instalações prediais (elétricas, hidrossanitárias e



complementares), acabamentos e infraestrutura externa, observando padrões de qualidade, segurança e sustentabilidade.

12. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Opta-se pela não realização de parcelamento da contratação, tendo em vista a natureza integrada dos serviços de engenharia envolvidos. A execução por uma única empresa garante maior controle técnico, padronização dos serviços, redução de riscos de incompatibilidade e maior eficiência na gestão contratual.

O parcelamento poderia comprometer a qualidade final da obra, além de gerar dificuldades na coordenação entre diferentes contratados.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a implementação do Centro Administrativo Municipal, espera-se alcançar significativa melhoria na eficiência da gestão pública, por meio da centralização das atividades administrativas, redução de custos operacionais, melhoria das condições de trabalho dos servidores e ampliação da qualidade do atendimento ao cidadão.

Além disso, a obra contribuirá para a valorização do patrimônio público e para o desenvolvimento urbano do Município.

14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da formalização do contrato, deverão ser adotadas providências como a conclusão dos projetos executivos, obtenção de licenças e autorizações necessárias, regularização do terreno, previsão orçamentária e designação de equipe de fiscalização.

Tais medidas são essenciais para garantir a adequada execução do contrato e evitar atrasos ou intercorrências durante a obra.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INDEPENDENTES

A presente contratação está relacionada a outros processos, como a elaboração de projetos técnicos, eventuais serviços de supervisão de obra e futuras aquisições de mobiliário e equipamentos para o funcionamento do Centro Administrativo.

Tais contratações, embora vinculadas ao objeto principal, possuem natureza própria e poderão ser realizadas de forma independente.



16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução da obra poderá gerar impactos ambientais, tais como produção de resíduos da construção civil, emissão de poeira, ruídos e consumo de recursos naturais.

Para mitigar tais impactos, deverão ser adotadas práticas sustentáveis, incluindo destinação adequada de resíduos, controle de emissões e uso racional de materiais, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para construção do Centro Administrativo Municipal é plenamente adequada, viável e necessária, atendendo ao interesse público e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

A solução escolhida apresenta vantagens técnicas e econômicas em relação às demais alternativas, sendo recomendada a continuidade do processo licitatório.

Secretário Demandante:

Roberta Allana Bento Procópio
Secretária Municipal de Administração

**MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

Objeto: Construção do Centro Administrativo Municipal – São João Evangelista/MG

Fase	Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Controles Existentes	Tratamento do Risco	Plano de Ação	Responsável	Prazo
Planejamento	Projeto incompleto ou incompatível	Falta de compatibilização entre projetos	Aditivos, atraso e aumento de custo	Média	Alto	Alto	Revisão técnica preliminar	Reduzir	Compatibilização completa dos projetos	Engenharia/Planejamento	Antes da licitação
Planejamento	Orçamento subestimado	Erro de quantitativos ou preços defasados	Desequilíbrio econômico-financeiro	Média	Alto	Alto	Uso de SINAPI/SETOP	Reduzir	Revisão orçamentária detalhada	Setor de Engenharia	Antes da licitação
Planejamento	Licenciamento ambiental incompleto	Falta de análise prévia	Embargo da obra	Baixa	Alto	Médio	Consulta a órgãos ambientais	Evitar	Obtenção prévia de licenças	Administração	Antes da obra
Licitação	Baixa competitividade	Exigências restritivas	Licitação fracassada	Baixa	Médio	Médio	Revisão do edital	Reduzir	Adequação das exigências	Comissão de Licitação	Durante edital
Licitação	Impugnações ao edital	Falhas técnicas/jurídicas	Atraso no processo	Média	Médio	Médio	Análise jurídica prévia	Reduzir	Revisão jurídica completa	Procuradoria	Antes da publicação
Execução	Atraso na obra	Má gestão da contratada	Prorrogação contratual	Média	Alto	Alto	Cronograma físico-financeiro	Reduzir	Fiscalização contínua	Fiscal do contrato	Durante execução
Execução	Inexecução contratual	Incapacidade técnica da empresa	Paralisação da obra	Baixa	Alto	Médio/Alto	Exigência de qualificação técnica	Transferir	Aplicação de garantia contratual	Administração	Durante execução
Execução	Aumento de custos de insumos	Variação de mercado	Reequilíbrio contratual	Média	Médio	Médio	Previsão de reajuste	Compartilhar	Aplicação de índice oficial	Administração/Contratada	Durante execução



Fase	Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Controles Existentes	Tratamento do Risco	Plano de Ação	Responsável	Prazo
Execução	Baixa qualidade dos serviços	Falta de controle técnico	Retrabalho e prejuízo	Média	Alto	Alto	Fiscalização técnica	Reduzir	Ensaio e controle tecnológico	Fiscal/Engenharia	Durante execução
Execução	Acidentes de trabalho	Falha em normas de segurança	Paralisação e penalidades	Média	Alto	Alto	Normas de segurança exigidas	Reduzir	Fiscalização de EPI/EPC	Contratada	Durante execução
Execução	Interrupção de materiais	Problemas logísticos	Atrasos na obra	Média	Médio	Médio	Planejamento de suprimentos	Reduzir	Gestão de fornecedores	Contratada	Durante execução
Execução	Falha na fiscalização	Ausência de controle	Irregularidades na obra	Baixa	Alto	Médio	Designação de fiscal	Reduzir	Capacitação e acompanhamento	Administração	Durante execução
Pós-obra	Problemas na entrega final	Falhas na execução	Não recebimento da obra	Baixa	Alto	Médio	Termo de recebimento	Reduzir	Vistorias técnicas rigorosas	Fiscal/Engenharia	Final da obra



ANEXO XI – CROQUI

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Sítio oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.



ANEXO XII – COMPOSIÇÃO

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, A SER EDIFICADO NA RUA CORONEL ANTONIO BORGES DO AMARAL, 566, CENTRO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA/MG.

Os documentos técnicos que compõem o objeto da presente contratação encontram-se disponibilizados nos anexos deste edital, naquilo que for essencial à formulação das propostas.

Considerando o volume, formato ou especificidade técnica de determinados arquivos, especialmente projetos executivos, plantas em formato editável, memoriais complementares, planilhas detalhadas e demais documentos correlatos, informa-se que tais arquivos **não integrantes dos anexos do edital** estarão disponíveis separadamente aos interessados.

Os arquivos complementares poderão ser obtidos por meio dos seguintes canais:

I – Sítio oficial do Município;

II – Em anexo na aba de documentos da Plataforma Licitar Digital;

III – Retirada presencial junto ao setor de licitações, mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

A disponibilização dos arquivos complementares observará os princípios da publicidade, transparência e isonomia, garantindo a todos os interessados acesso às mesmas informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

É de responsabilidade do licitante a obtenção integral da documentação técnica necessária à participação no certame, não podendo alegar desconhecimento de informações que tenham sido regularmente disponibilizadas pela Administração.

Eventuais dúvidas quanto ao acesso ou conteúdo dos arquivos deverão ser formalizadas nos prazos previstos para pedidos de esclarecimento, conforme disposto neste edital.